

## Apresentação

No último ano, em função das comemorações dos 50 anos do golpe e da implantação da ditadura civil-militar brasileira, inúmeros eventos foram realizados para avaliar interpretações historiográficas, refletir sobre as políticas de memória implantadas pelo Estado, denunciar a impunidade dos agentes da repressão e homenagear e lembrar resistentes e aqueles que foram mortos e desaparecidos. Encerrando o ano comemorativo, a Comissão Nacional da Verdade entregou, no dia 10 de dezembro de 2014, seu relatório final com o resultado de dois anos e meio de trabalho de investigação sobre as violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro.

Da mesma forma, proliferaram-se lançamentos editoriais e reimpressões de obras clássicas, oferecendo ao público desde abordagens revisionistas, visões consagradas e novas abordagens que problematizam conceitos, cronologias e protagonismos. Não faltaram, também, manifestações editoriais de militares, militantes, e também de historiadores.

O dossiê Militares da Revista Sul-Americana de Ciência Política se insere nessa conjuntura de análises propiciadas pela efeméride, com uma série de análises de novos pesquisadores do tema, evidenciando que a história da escrita sobre a ditadura também tem uma história, e é um campo em constante renovação.

O primeiro texto que compõe o dossiê, *O exílio em Revista*, de Pedro Benetti, traz uma instigante reflexão sobre a forma como a experiência do exílio influenciou as reflexões da esquerda brasileira em seus debates sobre democracia e revolução, a partir da revista *Debate*, editada por João Quartim de Moraes durante seu exílio em Paris. No momento em que se desenhava no horizonte de expectativas desses sujeitos o retorno ao Brasil a partir do processo de transição política, o caráter da luta a ser assumida no país permeou as reflexões destes exilados.

Revisitando o caso argentino e, mais especificamente, a elaboração e escrita de memórias nos anos 2000, Marcos Tolentino, em seu artigo *Agora é o momento de falar de cada um de nós: a escrita como um lugar de agência para os sobreviventes dos centros clandestinos de detenção da última ditadura civil-militar argentina (2000-2009)*, evidencia a literatura testemunhal como um lugar de agência para aqueles que sobreviveram ao terrorismo de Estado, conferindo a possibilidade de superar traumas do passado e estigmas do presente.

Pâmela de Almeida Resende, em sua análise sobre o processo de transição política brasileiro, intitulada *Da abertura lenta, gradual e segura à anistia ampla, geral e irrestrita: a lógica do dissenso na transição para a democracia*, enfatiza as negociações que os governos transicionais estabeleceram com setores dissidentes das Forças Armadas e com a oposição civil em se tratando de temas sensíveis, como a lei de anistia. Uma de suas contribuições está em romper com interpretações que indicam uma suposta linearidade que ocorrera durante a transição, enfatizando os avanços e recuos no processo.

Retornando às análises sobre as esquerdas e suas publicações, Isabel Cristina Leite, em *Intelectuais e o debate sobre violência revolucionária nos anos 1980: o caso das revistas Punto de Vista e La Ciudad Futura*, investiga duas revistas argentinas cujos editores tiveram alguma relação com as organizações revolucionárias dos anos 1960 e 1970. As discussões realizadas no retorno à democracia estavam marcadas pela influência da “teoria dos dois demônios”, dando origem a textos que criticavam a atuação guerrilheira e desmistificavam os heróis da esquerda armada argentina.

Sobre o Partido Comunista do Brasil, César Alessandro S. Figueiredo, em seu artigo *Os comunistas brasileiros na sua última clandestinidade: 1964-1985*, analisa a dinâmica partidária da agremiação – marcada pela ilegalidade e pela clandestinidade – durante a última ditadura civil-militar. As dificuldades impostas ao partido levam o autor a explicar sua fragilidade partidária e sua pouca expressão política na conjuntura da redemocratização.

Por fim, encerrando este dossiê, *Legados culturais do autoritarismo no Cone Sul*, de Bruno Mello Souza e Carlos Artur Galo, analisa os legados autoritários das ditaduras do Cone Sul na cultura política dos países da região, em uma importante contribuição para se problematizar a (in)conclusão dos processos de transição política e a necessidade do estabelecimento de uma justiça de transição.

A partir dessa breve apresentação, torna-se clara a pluralidade de abordagens e temas que caracteriza esse dossiê. Espera-se que a leitura desses trabalhos suscite novos questionamentos e contribua para a sempre constante renovação do campo de pesquisas sobre a ditadura civil-militar brasileira.

Caroline Silveira Bauer  
*Organizadora*